

Nações Unidas

Conselho Econômico e Social

Nona Conferência sobre a Padronização
De Nomes Geográficos
Nova York, 21 – 30 de Agosto de 2007
Item 9 da agenda provisória*
Padronização Nacional

Toponímia em línguas dos povos indígenas no Brasil
Submetido pelo Brasil **

* E/CONF.98/1

** Preparado por Ana Maria Goulart Bustamante, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Brasil.

Tradição Inventada e Nomes Indígenas

Diferente do Paraguai, um país que ainda preserva o *Guarani* como uma língua oficial ou segunda língua, e de outros países onde as línguas dos povos indígenas foram preservadas, no Brasil, fora de áreas especiais, as línguas indígenas somente aparecem em um número reduzido de palavras do vocabulário cotidiano usado pela população, ainda que esteja fortemente presente entre topônimos e antropônimos.

Estudos etnolinguísticos conduzidos no escopo da pesquisa do *Atlas Toponímico do Brasil* da Universidade de São Paulo (Dick, 1990) mostraram que cerca de 20 por cento dos nomes das cidades do Estado São Paulo têm origem ou etimologia indígena. Contudo, a frequência da etimologia ameríndia entre topônimos de todo o país não necessariamente reflete a influência direta dos povos indígenas no processo de denominação desde tempos remotos, como pode parecer. Já foi demonstrado que a “origem indígena” geralmente aparenta ter apenas o papel de adicionar cores indígenas a uma “tradição inventada”, como descrito por Hobsbawn & Ranger (1984). De fato, tudo que se pode afirmar é que o nome tem etimologia indígena, a menos que se obtenha mais dados sobre o processo de denominação.

Foi mostrado anteriormente (Bustamante, 2005) que a preferência das unidades territoriais administrativas pelas denominações de origem indígena foi estimulada durante a ditadura de Getúlio Vargas, quando foi promovida uma extensa mudança toponímica devido à Lei Geográfica do Estado Novo.

Com o objetivo sistematizar a organização da divisão territorial e administrativa brasileira, o governo federal aprovou o Decreto Lei de nº 311, 1938, disposto pela Resolução de nº 61, datado de 24 de julho de 1939, aprovado pela Assembléia Geral de Conselhos Geográficos Nacionais, a qual, além de proibir a repetição dos nomes das cidades e distritos, recomendou “a preferência em adotar nomes regionais de língua indígena regional ou relacionado aos fatos históricos da região, em caso de substituição de topônimos” (IBGE, 1946, p.436). A salva-guarda “em caso de substituição de topônimos” pode ter pretendido sugerir que o impacto seria reduzido, mas a publicação que lista as cidades e vilas atingidas, mostra uma alta porcentagem de alteração toponímica (cf. IBGE, 1951). Reações posteriores à grande mudança toponímica são ainda mostradas nas declarações como, por exemplo, a de Milton Santos (2001) que, após sua infância em Itapira (no Estado de Minas Gerais – MG) desde 1926, teve que mudar o nome da cidade de suas lembranças para Ubaitaba (MG), a partir de 1940. O respeitado geógrafo brasileiro chama atenção para o fato de que os dois nomes têm o mesmo significado, o que pode sugerir que divulgadores da língua tupi tenham criado o segundo nome nos gabinetes dos legisladores, como aconteceu em outros casos.

Mais recentemente, ainda encontramos esta tendência ativa na recomendação incluída nas leis do Sistema Nacional da Unidades de Conservação da Natureza (Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 e Decreto de nº 4.340, de 22 de agosto de 2002) para dar preferência aos nomes dos antepassados indígenas na escolha da denominação das unidades de conservação federal. De acordo com o artigo 3º “a denominação de cada unidade de conservação deve ser baseada, preferivelmente, em sua maior feição natural significante”, ou em suas antigas denominações, dando prioridade, neste caso, para as designações dos antepassados indígenas” (2004, p.37).

Desta maneira, no conjunto extremamente variado de topônimos brasileiros, seria esclarecedor distinguir (sistematicamente, para a inclusão no banco de dados e para posterior recuperação para análises) as diferentes formas de incorporação da etimologia indígena do topônimo, com o auxílio da classificação sugerida por Houaiss (em Cunha, 1999). Esta seria uma classificação para a separação de casos, por exemplo, seria o único critério para diferenciar os nomes registrados entre 1938 e 1943 – criados nos gabinetes governamentais e inseridos num esforço para organizar as subdivisões territoriais – dos estabelecido pelos povos indígenas e representados na cartografia oficial.

Participação nos Processos de Denominação e na Coleta de Nomes Geográficos

Ao mesmo tempo, com o objetivo de observar os padrões da prática social de denominação em cada época e lugar, aponta-se outra classificação. A Resolução 4 da 3ª Conferência sobre a Padronização de Nomes Geográficos, aprovada em 1977 (2004), os países reunidos nas Nações Unidas expressaram sua preocupação

com a confiabilidade da informação toponímica pela aprovação da recomendação de fornecer o máximo de informações sobre a fonte do nome geográfico, indicando, por exemplo, se eles foram (1) coletados em campo, (2) coletados em documentos ou (3) concedidos especialmente (Nações Unidas, 2004, p. 34). A distinção é importante, e no caso deste *paper*, o interesse recai particularmente nos topônimos do primeiro tipo, devido ao grau de participação da sociedade local nos processos de coleta e denominação, e nos do terceiro tipo, pelo baixo nível de participação civil na denominação e na coleta, que é quase sempre conduzida pelas instituições oficiais, e/ou em leis e registros legais. Leis são documentos oficiais, mas não refletem necessariamente decisões legítimas, como no caso dos períodos de governo autoritário.

Antônio Houaiss, no “estudo-preâmbulo” incluído no *Dicionário de Palavras Portuguesas Históricas originadas do tupi*, sugeriu olhar os topônimos brasileiros como camadas. Partindo do modelo proposto por Houaiss, pode-se depreender que os primeiros visitantes e conquistadores europeus, na maioria dos casos, coletaram as camadas mais antigas de toponímia indígenas diretamente dos povos indígenas. Contudo, eles certamente a alteraram de certa forma quando escreviam estes topônimos, já que os habitantes da costa brasileira, nesta época não possuíam a forma escrita dos nomes, uma vez que não usavam papel, mapas, ou outros documentos. Alterado ou não, muitas vezes apenas o nome sobrevive para retratar um lugar num determinado tempo, em um mapa ou em um relatório de campo.

Nos primeiros mapas e censos brasileiros, já havia topônimos indígenas junto a nomes do calendário católico e outros tipos de nomes europeus, incluindo topônimos portugueses.

Muitos topônimos foram fixados quando, nas áreas ocupadas da costa, variações do tupi eram geralmente faladas tanto por habitantes indígenas quanto pelos primeiros colonizadores portugueses. Isto ocorreu nos dois primeiros séculos de exploração da colônia brasileira por Portugal. A chamada língua geral foi uma derivação do tupi normatizado pelos jesuítas portugueses que o usavam na educação religiosa. O uso da língua geral pelos primeiros exploradores contribuiu para fixar os topônimos em língua indígena, especialmente nas regiões onde as primeiras expedições, ou bandeiras, avançaram para o interior. Em alguns casos, o topônimo tupi dos jesuítas substituiu termos usados por povos indígenas locais, como é possível ter acontecido com o atual Rio Tietê, em São Paulo (Sampaio, 1928). De acordo com este autor, o povo indígena chamava-o de “Anhemi”, mas os exploradores preferiram nomeá-lo Tietê, uma palavra que, de acordo com o autor significa “rio verdadeiro” na língua geral (a afirmação é questionada por Cardoso – 1961 – que não concordou com o significado proposto e nem com a origem tupi da palavra “Tietê”). Para Sampaio (1928), o nome teria então servido como um transmissor de conhecimento necessário para outros exploradores e formado uma rede de informações. O autor salienta, contudo, que os bandeirantes exploradores, que expandiram o poder da coroa Portuguesa para o interior do Brasil nos dois primeiros séculos de colonização, não expandiram a língua, que somente mais tarde foi introduzida com o progresso da colonização.

Padre Vieira escreve, em suas *Obras várias I*, em 1964: “a língua falada em tais famílias [os portugueses e os povos indígenas morando em São Paulo] é a linguagem indígena, e os meninos aprendem mais tarde a Língua Portuguesa, na escola” (em Sampaio, 1928, p.52). Em 1697, sabe-se que o bispo de Olinda solicitou um intérprete para falar com Domingos Jorge Velho. No registro do encontro com o vencedor de Palmares e explorador do Piauí, o bispo mostrou sua falta de compreensão do fenômeno escrevendo que Jorge Velho “nem sabia falar”. Dois séculos após a primeira expedição de Colombo, a língua materna dos habitantes do Novo Mundo é desconhecida para os povos europeus, confundida com um murmúrio. Existem registros de que até o século 18, quando a língua local foi banida, existiam três falantes do tupi para cada falante do Português no Brasil. Muito tempo após o banimento, contudo, o tupi ainda predominou nas regiões dos atuais estados de São Paulo, Amazonas e Pará. No Rio Grande do Sul, ainda no meio do século 19, o tupi era falado em várias regiões, particularmente no oeste (Sampaio, 1928).

Deste modo, no estudo dos nomes indígenas, os pesquisadores devem considerar de forma distinta as regiões alcançadas pelos bandeirantes que falavam predominantemente o tupi e fixaram esta segunda camada (ou rede de informações) dos topônimos indígenas. Os termos em toponímia indígena, incluindo o tupi, continuam presentes nos dias de hoje e, mesmo quando não são criados por legisladores ou em gabinetes de instituições

governamentais, novos topônimos continuam aparecendo, tanto na denominação de feições naturais quanto em nomes fixados pela fé pública e/ou documentos de valor inquestionável perante a lei. Espera-se que os pesquisadores estejam atualizando as propostas de Teodoro Sampaio e discutindo suas valiosas contribuições hoje em dia, mas não foram encontrados registros que pudessem ser incluídos nos presentes comentários.

Por outro lado, muitos topônimos novos fixados ao longo do tempo pelas próprias comunidades na região norte do Brasil podem ter sido coletados por cartógrafos e reambuladores e, portanto estão publicados em mapas oficiais, mas a maioria provavelmente tem sua existência ignorada ou traduzida para o português antes de aparecerem em mapas. Somente se dedicássemos algum esforço pode ser possível entender, por um lado, os fortes mecanismos psico-sociológicos envolvidos na denominação de lugares, e por outro lado, a grande responsabilidade envolvida na atividade da coleta de dados toponímicos. Em muitos contextos, o apoio local pode representar um salto de qualidade na confiabilidade dos dados, mas para essa melhoria ocorrer é necessário reconhecer a importância do envolvimento da comunidade nos processos de denominação e de coleta de nomes geográficos como um todo, e também reconhecer que a identidade local é um componente principal desses processos.

Possíveis Contribuições para o Design do Banco de Dados em Nomes Geográficos

Assim sendo, podemos encontrar diferentes momentos e “origens” de topônimos indígenas na divisão territorial brasileira. Muitas vezes, topônimos indígenas resultam de uma tradução feita em um gabinete – por exemplo, o caso de Itapira, atualmente Ubaitaba, que, de acordo com Milton Santos (2001), são morfologicamente diferentes, porém têm o mesmo significado – e impostas sem consulta à população local. O oposto também acontece e merece um estudo específico, quando um topônimo originalmente indígena é traduzido para o português antes de ser introduzido nos mapas, como nos exemplos listados por Cardoso (1961): os nomes indígenas Tucátucá-tepê foram traduzidos para Serra do Castanhal (p.99) no mapa, e Capóitepê, Serra da Lua (p.100).

Sabendo-se da grande diversidade linguística dos povos indígenas que vivem hoje no Brasil e que certamente estão fixando novos topônimos, é recomendado que seja feita uma avaliação cuidadosa da adequação da abordagem sugerida acima para que se tenha sua classificação incluída no banco de dados de nomes geográficos. A toponímia indígena brasileira, como foi visto, tem muitas superfícies e é um campo em permanente mudança, necessitando da máxima agilidade na coleta, mas respeitando a identidade e as tradições associadas aos lugares e povos.

Concluindo, sugere-se que a adoção da classificação recomendada por Houaiss para as fontes seja altamente recomendada para nomes geográficos de etimologia indígenas a fim de auxiliar na decisão sobre sua ortografia padronizada. Além disto, é desejável que sejam desenvolvidos métodos de coleta de informações toponímicas que levem em conta o envolvimento da comunidade local nos processos de denominação e que também valorizem o envolvimento de organizações de legítima representação local no processo de coleta de nomes geográficos, não obstante processos de nomeação e/ou renomeação, de acordo com cada caso. Esta é uma das razões pelas quais recomenda-se a construção de uma forte rede para apoiar as decisões sobre a padronização da ortografia pela autoridade nacional em nomes geográficos no Brasil.

Referências

- BUSTAMANTE, Ana M.G. *Memória e identidade local em Icapuí, Ceará*. Tese de doutorado. UFRJ, 2005.
- CARDOSO, Armando Levy. *Toponímia brasílica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.
- DICK, Maria Vicentina do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.
- HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. [The invention of tradition. Translated by Celina Cardim Cavalcante] Série Pensamento Crítico, v. 55. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOUAISS, Antônio. “Prefácio-Estudo”. In CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília, Editora UNB, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Designação das sedes municipais em 1º-VII-1950 com indicação dos nomes que tinham em 1º-IX-1940*. [Do Recenseamento Geral do Brasil de 1º de julho de 1950] Rio de Janeiro: IBGE, 1951.
- . *Divisão Territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1939-1943.
- SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. Bahia, 1928.
- Território e sociedade – entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001 (2a. edição, 1a. reimpressão).
- UNITED NATIONS. *Resolutions Adopted at the Eight United Nations Conferences on the Standardization of Geographical Names 1967, 1972, 1977, 1982, 1987, 1992, 1998, 2002, prepared for the United Nations by Natural Resources Canadá*. New York: 2004.